

Brasília, março de 2013.



SINDPD-DF

Filiado à CUT e à FENADADOS

CADERNO DE DEBATES SINDPD-DF

Novo conhecimento político: UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL

› Publicação do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal.

› Projeto de Arte: Agência Repense

› Impressão: Gráfica Realce

› Tiragem: 5.000 exemplares

■ Apresentação do caderno

“Nosso sindicato – SINDPD-DF – não fica passivo diante dos problemas graves que a desordem econômica e suas consequências políticas espalham pelo mundo. Estamos cientes de que os limites políticos das mudanças, cada vez mais inadiáveis, são agravados pelas limitações teóricas – as nossas teorias “revolucionárias” têm muitas insuficiências –, que são a causa maior das divisões e inseguranças despotencializadoras do nosso polo político interessado e necessitado dessa mudança “revolucionária”. A angústia diante desse quadro faz com que o SINDPD-DF desenvolva ações, promovendo debate dos temas políticos, privilegiando sempre a agenda sindical da CUT. O SINDPD-DF é filiado à FENADADOS, à CUT e membro do Fórum Social Mundial, com a agenda ampla de “UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL”. Como parte dessas ações, estamos iniciando a publicação desses cadernos com teses e projetos, colocando novas perspectivas e alternativas que para o SINDPD-DF devem ser conhecidas e debatidas amplamente. Nós consideramos que essa ação é de grande interesse público, pois estamos tratando do desenvolvimento do Brasil.”

Djalma Ferreira | Presidente do SINDPD-DF

■ Apresentação do tema

“Nossas lutas sindicais se tornaram mais difíceis, mesmo nas atuais circunstâncias, sem dúvida melhores para as forças populares do que aquelas enfrentadas nos anos quando a hegemonia neoliberal parecia invencível aqui no Brasil. Sabemos que essas dificuldades não se limitam ao nosso caso brasileiro. A “Globalização”, baseada no uso intensivo de tecnologia que dispensa o uso de trabalhadores – desemprego crescente nas economias “desenvolvidas” e nível de emprego muito dependente de políticas de “estímulo” nas “não desenvolvidas” –, é caracterizada por alguns, corretamente, como um “capitalismo turbinado”, no qual a produção – espaço onde há protagonismo do trabalho – está apequenada em relação à circulação. A relação hoje é de um para 20 vezes, uma medida relativa que permite entender a extensão e a “funcionalidade” da precarização do trabalho. O valor de “mercado” do trabalho já é irrisório e, como isso se agrava a cada dia, o nosso grande desafio é pensar alternativas de superação desse “capitalismo turbinado”, que infelizmente não nos oferece nenhuma perspectiva de mudança da sua trajetória de desvalorização e descarte dos trabalhadores. E esse pensar não pode ser um esforço isolado de um sindicato. Por isso, estamos divulgando amplamente as novas ideias para provocar e estimular o seu debate.

Edson Simões | Secretário-geral SINDPD-DF

O PENSAMENTO DO AUTOR

Desde que comecei a militar sempre tive como objetivo a “REVOLUÇÃO COMUNISTA”, que hoje nem podemos mencionar, e daí que, sem culpa e sem remorso, já há vários anos substituí a minha “velha utopia” pela REVOLUÇÃO SOCIALISTA. No caso do PT, há nisso, também, muito pragmatismo, já que estamos em um “PARTIDO SOCIALISTA”.

Aproveitei alguns dias de férias para completar esse texto bem básico, mas com informações que julgo suficientes para que suas ideias, também, bem básicas sejam compreendidas.

Falo de aprendizagem política, porque ideias percucientes nascem da prática política nas lutas diárias, e nisso fui privilegiado. Nas APPD's (1978) e, depois de 1989, na FENADADOS “constituíamos um grupo político”, os denominados “HISTÓRICOS” do Processamento de Dados e da Informática, que originaram a fração importante da FENADADOS na ArtSind da CUT, e, também, tiveram desde 2002 uma incidência importante no setorial de TI do PT.

Enquanto militantes políticos com tarefas sindicais e atividades profissionais nas empresas e na administração pública fomos – os “históricos” - obrigados a agir e reagir em meio às contradições brutais que impactam nos trabalhadores desse setor, na PONTA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA e, ao mesmo tempo, AMALGAMADO EM UMA ECONOMIA DESESTRUTURADA E COMBALIDA PELOS ESFORÇOS (sempre frustrados) DE AJUSTAR-SE A ESSE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.

Foi a “visão desassombrada” de companheiros “históricos”, alguns deles me sustentando até hoje, como a Elaine Paz, o Jairo Cabral e o Manoel Messias, para enfrentar “com chance” os “problemas insolúveis” e a reflexão desacomodada” e superar as contradições sem cairmos nós mesmos em contradição que, ambas, alimentaram as minhas “peripécias teóricas”, que, se sempre suscitaram “algum ceticismo”, até mesmo de “antigos e fiéis companheiros”, mesmo assim, também, sempre me ajudaram a continuar na minha militância política em espaços cada vez mais altos.

Agradeço, portanto, a todos que por tantos anos continuam pacientemente a me escutar, e acho que essas ideias são a retribuição possível por essa atenção que me dispensam. Acho que não ficarão desapontados e acho, mais, que ficarão mais atentos e reconsiderarão algum ceticismo relativamente a outras ideias minhas mais “antigas”. E esse é “mais um gosto” que terei com a divulgação dessa tese.

Eu considero que o tema é a prioridade absoluta não somente no Brasil, mas em todos os países do mundo. Esse meu “Socialismo na “Globalização” é solução também para os EUA, para a Europa, então, “nem se fala”, para a China, Índia, e Rússia. É a solução para fortalecer e democratizar os respectivos estados nacionais. Digo ainda que essa solução é a única possibilidade de “redenção moral” do capitalismo, pois somente uma ECONOMIA RADICALMENTE DEMOCRÁTICA pode fazer retroagir e até extinguir, futuramente, a CORRUPÇÃO DE ORIGEM E EFETIVAÇÃO ECONÔMICA.

Um grande abraço,

Carlos Alberto Jacques de Castro | Filiado ao PT desde 1990 - Porto Alegre, zonal 113

Analista de Sistemas

A REVOLUÇÃO NA ECONOMIA É INADIÁVEL UM NOVO BRASIL SOCIALISTA É POSSÍVEL

Quando, há mais de um século, Marx fez sua crítica do capitalismo, ainda poderia haver “descrença” ou “ignorância” que justificassem não dar ouvidos às suas análises. Mas, depois de tantos eventos “catastróficos” e da aceleração e extensão das novas ocorrências, não se pode mais falar de ceticismo e ignorância, mas apenas de má-fé e má consciência para justificar a falta de compromisso e de responsabilidade para enfrentar problemas acumulados que não dão mostras de arrefecimento.

Marx, Engels e os comunistas de todos os matizes confiaram em um futuro resgatado pela “Revolução Comunista”, mas essa esperança se revelou uma quimera e, desde 1989, o movimento comunista”, ou melhor, o que resta dele, se debate com as terríveis consequências de não ter uma teoria e, portanto, uma política para avançar sem a “Revolução Comunista”.

Mas já se vão mais de 20 anos com novas crises ainda mais espetaculares provando que se as “revoluções comunistas” não eram a resposta para o problema inteiro, ao menos em muitos aspectos a “restauração” capitalista agravou a situação de muitos cidadãos dos países antes “comunistas”, especialmente os cidadãos aos quais os valores de solidariedade eram mais caros. A regressão social e econômica foi extensa e, em vários casos, a desintegração política também.

A CRISE CAPITALISTA ATUAL NO BRASIL

Ao mesmo tempo, nesses mais de 20 anos, a situação social regrediu e a estagnação econômica parece se generalizar nos países líderes do capitalismo – G7 e OCDE –, não deixando nenhuma ilusão sobre a incapacidade política desses países enfrentarem os problemas, que esses mesmos países transformaram em problemas “globalizados”.

Assim há uma criminoso irresponsabilidade em todos os países do mundo, com a repetição inútil de medidas econômicas comprovadamente equivocadas que, além de não enfrentar os problemas, têm um viés de classe, poupando e, em muitos casos, ampliando os privilégios para o capital e penalizando fortemente seus cidadãos, especialmente aqueles mais vulneráveis.

No Brasil, é muito melancólico, depois de 10 anos do PT no governo, estarmos com os mesmos dilemas de outros países e no limiar dos mesmos impasses. O PT, na década de 1990, fez um forte contraponto às políticas neoliberais, governando importantes cidades, mas depois de 2003 fez um giro e desde então não propõe e não experimenta nada de novo na economia. Ocorre que isso não pode se estender mais, porque a “casa está caindo” e a “expansão do crédito”, o “investimento estrangeiro” e as “exportações” parecem ter esgotado seu potencial, limitando o investimento estatal e “estagnando” o crescimento econômico aquém das “nossas necessidades”.

E, por isso, a “REVOLUÇÃO ECONÔMICA” É INADIÁVEL!

Mas que revolução seria essa?

O ESTADO NACIONAL “SUBMERSO” NA CRISE

Muita coisa é dita “denunciando” a especulação e a tirania financeira. E o controle do sistema financeiro, difícil e sempre adiado, é colocado como a pedra de toque do “equilíbrio econômico”. Enquanto isso, o controle das taxas de juro e do endividamento público e privado é “propagandeado” como a “chave mágica” que a “autoridade monetária”, o resquício de soberania que o “Estado nacional” ainda conserva, tenta “manejar” para impedir a “explosão da crise”, sempre à espreita.

O orçamento público crescentemente insuficiente e a dívida pública sempre em níveis próximos do “insuportável” são as circunstâncias “implacáveis” que minam esse resquício do poder estatal. Os governos se limitam a justificar o que não sabem, não podem ou simplesmente têm receio de fazer.

Mas por que essas questões financeiras e administrativas eclipsaram todo o resto? Por que os governos, em vez de executar políticas e agir, estão paralisados, com suas “máquinas”, que progressivamente tornaram-se disfuncionais, transformando-se, definitivamente, em “estruturas policialescas” aplicadas nas tentativas sempre frustradas de burocraticamente “administrar a crise”?

Isso é decorrência do problema, anteriormente citado. A “vitória capitalista” criou desde a década de 1990 a ilusão de que sem as limitações políticas decorrentes da disputa com o comunismo, o CAPITALISMO poderia, finalmente, “desenvolver-se completamente”, aumentando a riqueza e a prosperidade em todos os quadrantes do mundo.

O ESTADO NACIONAL NA “GLOBALIZAÇÃO”

A primeira ação global nesse cenário foi exatamente para “reestruturar” os estados nacionais para torná-los dependências, com um “estatuto colonial”, da “nova ordem capitalista” que, desde então, denominamos “Globalização”.

Uma síntese bem didática dessa ação está nessa nota de Niall Ferguson [1] importante historiador econômico inglês, que faz profissão de fé no liberalismo:

“As políticas que os países devedores tiveram que adotar se tornaram conhecidas como o Consenso de Washington, uma lista de 10 políticas econômicas que teriam alegrado o coração de um administrador imperial britânico um século antes. Aqui está uma breve análise dos 10 pontos, baseada na formulação original de John Williamson [2], em 1989: (1) imposição da disciplina fiscal; (2) reforma tributária; (3) liberalização das taxas de juros; (4) aumento dos gastos com a saúde e com a educação; (5) assegurar os direitos de propriedade; (6) privatização de indústrias estatais; (7) desregulamentar os mercados; (8) adoção de uma taxa de câmbio competitiva; (9) remoção das barreiras ao comércio; (10) remoção das barreiras contra o investimento direto estrangeiro.”

“(1) imposição da disciplina fiscal” reduziu a soberania estatal e, no caso dos países mais pobres, anulou a soberania estatal de forma irreversível;

“(2) reforma tributária” com a direção de “redução dos impostos” e do “ESTADO MÍNIMO” reforçou ainda mais a perda da soberania;

“(3) liberalização das taxas de juros” tornou insanável o “problema da dívida pública” e prejudicou as economias locais dependentes do “dinheiro caro” já regidamente remunerado na “dívida pública”;

“(4) aumento dos gastos com a saúde e com a educação”, que aparentemente seria medida virtuosa, no quadro geral das imposições agravou a situação dos países com orçamentos e receitas rigidamente controlados. A saúde e a educação, sendo fixadas como obrigações exclusivamente dos países e, especialmente, no caso da saúde submetida à dinâmica econômica “perdulária” da “Globalização”, exaurem as finanças estatais e degradam de forma insolúvel esses serviços públicos;

“(5) assegurar os direitos de propriedade” é um eufemismo mentiroso, porque os referidos “direitos” são deveres draconianos impostos aos “países não desenvolvidos” que pagam duplamente pelos produtos e serviços dos “padrões globalizados” de consumo. A propriedade de patentes, marcas e licenças da produção material e, especialmente, da produção imaterial – “valorizada” com a rotulação de “intelectual” – é uma forma adicional de exploração desses “países não desenvolvidos”, que financiam a “criatividade” e a “inovação tecnológica” dos “países desenvolvidos” às custas de grandes déficits comerciais e sem receber nenhum benefício;

“(6) privatização de indústrias estatais” é a “medida chave” no processo para liquidar a soberania dos estados nacionais que, no caso dos “países não desenvolvidos”, além de privar o Estado nacional de receitas vitais e impossíveis de serem substituídas, elimina um instrumento ainda mais vital do Estado nacional de ter uma capacidade mínima de regulação das economias locais;

“(7) desregulamentar os mercados” é a medida complementar para bloquear qualquer laivo de autonomia do Estado nacional no que tange à regulação econômica. Ao Estado nacional basta aplicar as regras da

“Globalização” – FMI, OMC, Basileia, convenções e tratados “decididos” nos fóruns multilaterais, ... – e promover o respectivo “desenvolvimento institucional” para que tais regras possam “se revelar” adequadas para “organizar” e “sustentar” esse “ESTADO “INTEGRADO” NA “GLOBALIZAÇÃO”;

“(8) adoção de uma taxa de câmbio competitiva” é outro eufemismo escandalosamente mentiroso. A tal “taxa de câmbio competitiva” é fixada pelos mercados para minar as possibilidades competitivas das economias locais, que se tornam totalmente vulneráveis à disponibilidade de divisas em “moedas fortes”, cuja conversão no regime de taxas com livre flutuação na moeda nacional é francamente manipulada sem considerar o interesse das economias locais;

“(9) remoção das barreiras ao comércio”, a medida imperial de “dominação pacífica”, que apesar de muito antiga continua reconhecidamente muito eficaz, foi recuperada, agora, como instrumento para impor o “estatuto colonial” de dependência de produtos e serviços dos “padrões globalizados” de consumo. Um instrumento com eficácia “explosiva”, porque depois de “removidas as barreiras de comércio” as demais prescrições do receituário se tornam “naturalmente” necessárias e irreversíveis;

“(10) remoção das barreiras contra o investimento direto estrangeiro - IDE” é a derrubada “pura e simples” das “defesas econômicas” das “economias nacionais”. A partir daí a própria expressão “economia nacional” perde qualquer sentido. Na “realidade”, temos uma fratura, com um “setor globalizado”, que é delimitado pela penetração do IDE, dominante e acoplado na “Globalização”, e um “setor nacional residual” dominado e excluído da “Globalização”, cujos respectivos agentes econômicos não participam das cadeias de produção e circulação de produtos e serviços dos “padrões globalizados” de consumo. As circunstâncias que determinam essa “não participação” são muito variadas, mas há um aspecto primordial, e este se refere às assimetrias sociais das realidades nacionais. Países mais pobres terão um “setor nacional residual” proporcionalmente maior, o que é uma “triste realidade”, que desmente a ideia muito difundida de que a “Globalização” pode promover “desenvolvimento com equidade”.

Essa passagem por cada um dos itens desse receituário possibilita entender a profundidade da crise que engendra o aprofundamento da “dependência colonial” de todos os países que aceitaram esse receituário. Uma DEPENDÊNCIA INSANÁVEL se essas prescrições não forem repudiadas e respectivas ações para conjurar suas sequelas não forem encetadas tempestivamente.

Se olharmos o nosso caso brasileiro, vemos a continuidade e o aprofundamento de uma “política econômica” que, desde o golpe de 1964, tendencialmente atendeu progressivamente esses requisitos da “Globalização” e se fez isso de forma errática até 1990 com Collor e com extremos de ortodoxia nesse período que se estende até 2002; a partir da “hegemonia petista”, continuou a atender aplicadamente esses requisitos, ainda que sem os “exageros da ortodoxia” do período anterior.

O QUE FAZER?

O aspecto sinistro nisso tudo é que esse ESTADO NACIONAL SEM SOBERANIA - RECOLONIZADO – não pode sequer pensar em veleidades independentistas, pois todas as prescrições (requisitos) foram incorporadas como REGRAS CONSTITUCIONAIS e, portanto, fizeram com que esse “ESTADO REFORMADO CONSTITUCIONALMENTE” seja funcionalmente, com exclusividade, AGENTE DO PODER COLONIAL DA “GLOBALIZAÇÃO” e esteja totalmente comprometido e obrigado a atender os desígnios dessa “Globalização”. Esse “ESTADO ANULADO” não pode ser simplesmente conquistado pela revolução nacional, já que a RECUPERAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO NACIONAL é a conquista política fundamental sem a qual a revolução nacional perde qualquer perspectiva de efetivar-se.

Mas esse “ESTADO ANULADO” não é uma ficção política, ele é ABSOLUTAMENTE EFICAZ como ENTIDADE POLÍTICA que responde pela inserção incondicional do país na “GLOBALIZAÇÃO”.

Portanto, a solução para a questão reside em RECUPERAR A SOBERANIA ESTATAL E SIMULTANEAMENTE REVOLUCIONAR O ESTADO, e fazer isso em circunstâncias brutalmente adversas.

A RECUPERAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO coloca-se como o desafio político difícil de ser superado, porque nesse “ESTADO ANULADO” temos a situação já mencionada anteriormente, e que repetimos aqui:

“(…) Na “realidade”, temos uma fratura, com um “setor globalizado”, que é delimitado pela penetração do IDE, dominante e acoplado na “Globalização”, e um “setor nacional residual” dominado e excluído da “Globalização”, cujos respectivos agentes econômicos não participam das cadeias de produção e circulação de produtos e serviços dos “padrões globalizados” de consumo. As circunstâncias que determinam essa “não participação” são muito variadas, mas há um aspecto primordial, e este se refere às assimetrias sociais das realidades nacionais. Países mais pobres terão um “setor nacional residual” proporcionalmente maior, o que é uma “triste realidade”, que desmente a ideia muito difundida de que a “Globalização” pode promover “desenvolvimento com equidade”.

Paradoxalmente, nos países mais pobres os respectivos ESTADOS NACIONAIS conservam maior PODER E SOBERANIA, um aspecto que, infelizmente, não é nada favorável para o Brasil. Como a “sexta economia mundial”, e como a economia dos BRICS mais “acoplada” na economia americana, parece impossível o Estado brasileiro recuperar a soberania sobre o “setor globalizado”, que não se limita às suas circunstâncias econômicas. Parece provável um processo de revolução nacional com a perspectiva catastrófica de liquidação desse “setor globalizado”, como ocorreu no processo de descolonização da África Portuguesa.

Mas ainda que as dificuldades e os riscos sejam consideráveis, não há como adiar a “REVOLUÇÃO ECONÔMICA”, porque o agravamento da crise é irreversível e está demonstrado que o tempo aumenta a incapacidade desse “ESTADO ANULADO” de ser efetivo no seu papel preponderante de “AGENTE COLONIAL” para administrar a dependência na “Globalização”, aprofundando a crise até o desfecho inevitável de “QUEBRA DO PAÍS”, com consequências políticas imprevisíveis e bastante indesejáveis.

A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL

Tudo parece muito desfavorável para a Revolução Socialista no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores, no poder federal desde 2003 e, hoje, o maior partido brasileiro, reafirmou, ainda recentemente, o socialismo no seu programa. Mas tanto o governo federal quanto o PT, desde 2002, aceitam e aprofundaram a continuidade de uma “política econômica” que é apresentada como modelar na “GLOBALIZAÇÃO”. Presentemente, nessa “Era petista”, os governantes brasileiros, inclusive, continuam acreditando que os “instrumentos de governança” “estruturantes” dos processos da “Globalização” são “suficientes” e “efetivos”, e o Brasil tem sido constante e aplicado na “reforma” desses “instrumentos” para implantar um “ESTADO DE DIREITO GLOBAL”, que seria a “solução para superar a crise” e colocar um “viés social na “Globalização””, um projeto cuja viabilidade é muito questionável.

Mas se tudo parece desfavorável, ao menos as circunstâncias políticas são extremamente favoráveis, desde que a REVOLUÇÃO SOCIALISTA prove antecipadamente que pode RECUPERAR A SOBERANIA DO ESTADO NACIONAL E REALIZAR A REVOLUÇÃO ECONÔMICA PARA O “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” DO BRASIL.

Cabe então provar a tese da REVOLUÇÃO SOCIALISTA, e, então, vamos a ela.

Na “Globalização”, as finanças escravizam tanto o Estado nacional quanto o trabalhador. Assim, a REVOLUÇÃO SOCIALISTA se propõe a libertar ambos dessa escravidão, e deve fazê-lo empoderando ambos e de forma

equilibrada. Estado e indivíduos devem compartilhar o poder no Estado socialista. Não cabe nem ao Estado nem ao cidadão deter uma hegemonia, mas ambos devem compartilhar essa hegemonia, que é exercida sobre tudo que pertença e esteja localizado no país, bem como em tudo que resulte de projeções da ação do Estado nacional e dos seus cidadãos fora do país.

Essa é a questão central, e a solução é surpreendentemente simples e fácil de implementar.

******* TRABALHO LIVRE EMPODERANDO O ESTADO**

Todo trabalhador que estiver comprovadamente exercendo seu trabalho no Brasil, ou em dependências e organizações brasileiras no exterior, tem o direito de receber do Estado brasileiro uma remuneração fixada como a média dos salários pagos no Brasil para a respectiva ocupação com a mesma qualidade de desempenho. Também esse trabalhador terá garantidos os pagamentos dos encargos legais referentes à sua remuneração. As organizações deverão optar por dispor sem ônus dos trabalhadores pagos pelo Estado, e isso se refletirá na competitividade do trabalho. Ter mais ou menos trabalhadores empregados será uma decisão predominantemente política.

As regras trabalhistas de início não serão alteradas e três situações poderão ocorrer nas contratações por organizações privadas. A situação que deverá ser prevacente é dos custos trabalhistas serem estatizados, nessa situação estarão imediatamente incluídos todos os trabalhadores do Estado brasileiro – nos municípios, nos estados e no nível federal. Haverá a situação de empregos remunerados acima da média, que obrigatoriamente terão a parte da remuneração excedente da média assumida pelo respectivo empregador. E haverá o caso em que a organização não possa ou não se proponha a dispor desses trabalhadores pagos pelo Estado. Essa última situação é aparentemente pouco lógica, mas sempre haverá razões políticas e ideológicas para explicá-las. As organizações nas duas primeiras situações serão tipificadas como organizações socializadas com um regime econômico privilegiado.

Mas como o Estado brasileiro vai arcar com essa conta incomensurável se já está com a sua “capacidade administrativa” seriamente comprometida com os custos previdenciários proporcionalmente pequenos comparados com esses “custos trabalhistas” que podem abarcar toda a “população economicamente ativa”? E aí, também, a solução se demonstra simples e fácil de implementar.

******* REFORMA MONETÁRIA EMPODERANDO O ESTADO**

Uma REFORMA MONETÁRIA vai determinar que haverá emissão de moeda circulante nacional para pagar esses trabalhadores. Nas datas de pagamento, todos os “empregadores”, sem divisão de urbanos e rurais, incluídos aí, também, empreendedores familiares, trabalhadores autônomos, empreendedores individuais e profissionais liberais, e qualquer outra forma jurídica utilizada para empreender e conseqüentemente “empregar” trabalhadores, devem informar para os BANCOS PÚBLICOS os valores de remuneração e dos respectivos encargos, e esses bancos passam essas informações ao governo para que haja a emissão monetária e o suprimento de numerário para esses bancos. Os trabalhadores terão suas contas nas localidades do seu domicílio.

O sistema bancário oficial é que administrará essa massa de recursos, que deve prover crédito substancial para consumo e fluxo de caixa para as organizações socializadas que dispõem desses trabalhadores pagos pelo Estado. Esse crédito oficial terá “taxa de juro zero”, pois deve ser orientado para maximizar o retorno social e não há nenhuma razão para aumentar os custos dessas organizações socializadas. A política de crédito vai ser orientada por comitês de crédito locais da prefeitura, comitês estaduais dos Estados, e o Comitê de Crédito Federal, que deverá substituir o Conselho Monetário Nacional e subordinar o Banco Central e os sistemas financeiro e bancário.

***** ORGANIZAÇÕES SOCIALIZADAS DEMOCRATIZANDO O ESTADO

As organizações e iniciativas individuais que aderirem à REVOLUÇÃO SOCIALISTA serão socializadas e, mantendo, inicialmente, todos os elementos jurídicos e todas as obrigações legais atualmente vigentes, passarão por uma modificação societária que é absolutamente consistente com esse quadro jurídico e legal vigente. A socialização se dá pela inclusão de um novo sócio e pela transformação jurídica das iniciativas individuais para incluir esse novo sócio. O novo sócio é representado pela “GOLDEN SHARE” DO ESTADO BRASILEIRO [3] em todas as organizações socializadas. A partir daí o Estado brasileiro participará com protagonismo e hegemonia da administração da parcela verdadeiramente governável da economia brasileira e vai recuperar o governo efetivo sobre todo o ESTADO NACIONAL BRASILEIRO.

Haverá uma pressão imediata para que o Estado seja efetivo na administração da economia e isso vai exigir a democratização radical das organizações socializadas, que vai se expandir em um PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO RADICAL DO ESTADO BRASILEIRO. As representações do Estado nas organizações socializadas deverão ser assumidas pelos próprios trabalhadores e nas organizações de maior porte haverá necessidade de mesclar e integrar interesses locais, interesses estaduais e interesses do país, no próprio espaço em que as determinações econômicas estão se efetivando, superando os problemas atuais das assimetrias que não podem ser “tratadas” adequadamente pelo “ESTADO ANULADO” com seus graves déficits democráticos.

REVOLUÇÃO SOCIALISTA - QUANDO E COMO?

Eu digo que deve ser logo, esperar é perder um tempo que não temos. É CRIMINOSO ARRISCARMOS O FUTURO DEPOIS DE TANTOS ALERTAS NO PRESENTE!

NOTAS:

1. *Ferguson, Niall. “A Ascensão do Dinheiro”. Editora Planeta do Brasil. 2009.*
2. *“John Williamson, economista, nasceu na Inglaterra em 1937. É conhecido internacionalmente como o homem que cunhou o termo “Consenso de Washington”. Entre 1968 e 1970, durante o governo trabalhista (centro-esquerda) de Harold Wilson foi consultor econômico do tesouro britânico. Foi conselheiro do Fundo Monetário Internacional no período entre 1972 e 1974. (...) Na América Latina, as ideias de Williamson resultaram em privatização das empresas estatais e, por consequência, uma maior abertura para o capital privado que mantinha certos interesses nas reservas produtivas dessas nações. (...) Paralelamente, Williamson desenvolveu uma carreira acadêmica como professor das (...) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1978-81), onde foi colega do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan e professor do ex-presidente do Banco Central do Brasil Armínio Fraga. (...)” (Wikipedia: “John Williamson”. http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Williamson, acessado em 03/09/2012 17:40)*
3. *“A “Golden share” ou “Ação de ouro” é uma terminologia utilizada no mercado acionário quando da criação de ações de classe especial que são retidas pelo poder público quando se desfaz do controle acionário de sociedades onde detinha participação, a chamada privatização.*

Uma golden share é uma participação acionista detida pelo Estado que, apesar de ser minoritária, confere poderes especiais. Por isso mesmo, está em discussão no seio da União Europeia proibir os vários países membros de possuir golden share em empresas, por norma que já pertenceram ao universo público e foram privatizadas. (...)” (Wikipedia: “Golden share”. http://pt.wikipedia.org/wiki/Golden_share, acessado em 03/09/2012 16:47).